

ATA DA 33ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, no auditório da
2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS-SC), às 13h30min,
3 compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos– CEDH,
4 os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria
5 Pinto da Luz (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville);
6 Jairton Fabeni (Federação Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC);
7 Anne Teive Auras (Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa
8 Catarina – ADEPESC); Erli Camargo (Fundação Nereu Ramos – FINER), Bruno
9 Carlos de Oliveira (Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região –
10 ADVIR), Gelson Nezi (Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina), Sidnei
11 Pavesi (Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região – ADVB), João
12 Carlos de Liz (Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF) e
13 **representantes governamentais:** Fabíola Andrade Schmitz (Secretaria de
14 Estado do Desenvolvimento Social – SDS); Tamiris Amaral Grazziotin (Secretaria
15 de Estado da Casa Civil – SCC); Arlete Jocelino Adriano (Secretaria de Estado
16 da Saúde – SES), Roberto Mosânio (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF),
17 Ledronete Silvestre (Secretaria de Estado da saúde – SES), Gustavo Kremer (
18 Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP) e Manuela Brandão da
19 Silveira Ribeiro (Secretária Executiva do CEDH-SC). **Ponto 1 da pauta.** A
20 **plenária é aberta** pela presidenta do Conselho Estadual dos Direitos Humanos –
21 CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz, agradecendo o compromisso e a presença de
22 todos. Em sequencia, Cynthia faz a **leitura para aprovação da ordem do dia,**
23 **ponto 2 da pauta.** Nos informes foram colocados os seguintes pontos: reunião do
24 Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Projeto de lei dos imigrantes, e
25 notícias sobre o Relatório de inspeção no hospital de São Pedro de Alcântara
26 juntamente com o mecanismo nacional de prevenção a tortura. O conselheiro
27 Sidnei Pavesi (ADVB) comentou sobre o projeto de lei nº 6.159/2019 do governo
28 federal que dispõe sobre o auxílio-inclusão e estava tramitando em regime de
29 urgência. O conselheiro acima citado informou que precisará sair antes de
30 finalizar a reunião, então a presidente sugeriu que após a votação da pauta, em
31 seguida o conselheiro fizesse sua colocação. Em sequencia, o conselheiro
32 Gelson (Cáritas) pediu a palavra quando no debate da questão que trata do
33 imigrante. A pauta é colocada em votação e aprovada por unanimidade. Cynthia
34 fixa o teto da reunião para as 16 horas. Nesse momento, Cynthia comentou sobre
35 uma matéria publicada, na presente data a respeito da violação de 36 itens do
36 Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado como lei no ano de
37 2009, pelo governo federal. O CNDH fez um diagnóstico do ano atual (2019) e foi
38 constatado que houve 36 violações aos itens do PNDH. Após o comunicado,
39 Cynthia fez sua colocação a respeito e ressaltou a importância de se fazer o
40 registro da contrariedade deste conselho com qualquer tipo de governo que não
41 cumpre a lei. Concluída sua fala, Cynthia abriu o espaço para quem quisesse
42 fazer comentário a respeito. Acerca das 36 violações de DH do atual governo
43 federal, a conselheira Erli comentou que este foi um ano atípico, no qual os
44 retrocessos foram notórios e visíveis; um elevado número de violações aos
45 direitos e garantias fundamentais; a reação que está acontecendo atualmente em
46 relação às violações de direitos humanos não está sendo à altura do que é a
47 violação em si, estando a sociedade perplexa e sem acreditar no que está vendo;
48 que é angustiante o cenário atual em se tratando de direitos humanos, retratando
49 ações antes realizadas para conquistar tais direitos e construir todo um
50 arcabouço legal de garantias, totalmente esfarelados pelas ações governamentais
51 anti direitos humanos, anti negros, anti indígenas, anti pobres, anti trabalhadores

52 e trabalhadoras, enfim. Atualmente esses direitos estão sendo enfraquecidos por
53 meio de reformas que só consideram os interesses dos donos do capital, em
54 detrimento do povo brasileiro. O atual presidente conseguiu acionar o botão que
55 despertou todos os monstros que moram no coração de quem o apoia ou apoiou,
56 hoje responsáveis pelo recrudescimento do sistema repressor, militarista, que não
57 dá ouvidos à ordem institucional, que usa indevidamente a bíblia para justificar
58 suas ações neofascistas, eivadas de ódio e de toda sorte de preconceitos. Erli,
59 enfatiza que estamos num Estado de exceção. E concluí a conselheira,
60 lamentando e questionando cada conselheiro e cada conselheira sobre o papel a
61 ser desempenhado por todos nesse contexto polarizado e de total instabilidade
62 sócio jurídica. Em sequencia o conselheiro Sidnei Pavesi (ADVB) pediu a palavra
63 para falar um pouco sobre o projeto de lei nº 6.159. Sidnei (ADVB) introduziu sua
64 fala explicando que se trata de um projeto de lei de autoria do governo que entrou
65 em tramitação em regime de urgência. Complementou sua fala dizendo que o
66 referido projeto de lei ataca de forma eloqüente os direitos da pessoa com
67 deficiência quanto à questão do acesso ao mercado de trabalho. O conselheiro
68 enfatizou sobre as diversas manifestações de apoio da sociedade organizada que
69 contou com a participação dos mais diversos segmentos dos direitos humanos
70 contra esse projeto de lei. Sidnei (ADVB) explicou que além de dar meio salário
71 mínimo para a pessoa com deficiência (PcD) que já tem benefício de prestação
72 continuada (BPC), a pessoa tem que ter tido 12 meses de BPC para ter direito a
73 esse auxílio-inclusão, a pessoa tem que ganhar menos de 2 (dois) salários-
74 mínimos para ter direito a esse auxílio-inclusão. Mas o conselheiro informou que
75 essa não seria a pior parte, complementou sua fala ressaltando que esse projeto
76 de lei desobrigaria as empresas a contratar pessoas com deficiência (PcD),
77 obrigatoriedade estabelecida pela lei de cotas, sendo a essas facultado o
78 pagamento de multa durante 3 (três) meses equivalente a 2 (dois) salários
79 mínimos. Sidnei (ADVB) concluiu sua fala dizendo que essa seria apenas uma
80 das questões, que inclusive é defendida pelo atual ministro da economia, Paulo
81 Guedes. Sidnei (ADVB) disse que segundo relato do ministro, se 25% das
82 empresas optarem por pagar a multa e não contratar um deficiente haverá cerca
83 de 2 milhões de reais na receita para incluir mais pessoas com deficiência (PcD)
84 no mercado de trabalho e conseqüentemente de forma compulsória uma vez que,
85 se a pessoa com deficiência estiver em auxílio-doença, aposentadoria por
86 invalidez e for colocado no plano de reabilitação ao mercado de trabalho e essa
87 se negar, compulsoriamente perderá o benefício. A pessoa terá que se reabilitar,
88 independentemente do cargo que ocupava anteriormente, a qualquer cargo
89 dentro de sua limitações e até 2 (dois) salários- mínimos, caso contrário a pessoa
90 não ganhará o auxílio-inclusão. Sidnei (ADVB) mencionou que houve conversa
91 com o Senado assim como tratativas, junto ao congresso que permitiram a
92 retirada da urgência do trâmite do processo e o atual presidente acatou. O
93 conselheiro ressaltou que devido às várias manifestações no país contra o projeto
94 de lei acima, esse pode não ser aprovado na íntegra, mas o conselheiro acredita
95 que alguma parte será aprovada. Sidnei (ADVB) manifestou que em sua opinião
96 essa atitude do governo foi tomada para fragmentar a sociedade. E, comentou
97 ainda que em 25 anos de militância dos direitos da pessoa com deficiência
98 afirmou ter conhecimento de outros projetos de lei contra a lei de cotas, porém de
99 autoria das empresas, mas não vindo do governo e não atacando de forma tão
100 profunda o direitos das pessoas com deficiência. O conselheiro finalizou sua fala
101 dizendo que se a pessoa com deficiência for depender do empresariado para
102 garantir seu trabalho, aquele não está preparado a esse nível. E, desta forma o
103 público PcD, ainda depende da lei de cotas para garantir seu trabalho e buscar
104 seu próprio sustento. Em sequencia a conselheira Anne complementou a fala do
105 conselheiro Sidnei comunicando que o governo está planejando lançar nos
106 próximos dias uma nova *política nacional de educação especial*, que desobriga as

107 escolas a dar acesso às crianças e adolescentes com deficiência dentro das
108 classes comuns, abrindo desta forma caminhos para que os mesmos fiquem
109 afastados das salas de aula, ou seja, excluídos. Dando continuidade, a presidente
110 Cynthia (CDH) passou para o **ponto 3 da pauta**, onde pediu para que a
111 Secretária Executiva fizesse a leitura das **justificativas de ausências**. Foram
112 informadas as justificativas dos (as) conselheiros (as): Deise (SDE), Rose (SED) e
113 Nadir (CUT) e todas foram aprovadas por unanimidade. Seguindo a reunião foi
114 introduzido o **ponto 4** da pauta onde foi feita a leitura e posterior votação do
115 **planejamento estratégico**. Cynthia (CDH) introduziu o tema fazendo um breve
116 histórico sobre a tentativa de elaboração do planejamento em 2018 com
117 indicações das contribuições feitas pelas conselheiras da época: Arlete,
118 Margarete, Aretusa, a própria Cynthia e Erli. Na sequência, Cynthia relembra a
119 todos que este conselho elegeu 6 ações principais que se desdobram em metas e
120 objetivos e em seguida fez a leitura de cada uma das ações. Cynthia esclareceu a
121 todos que este planejamento estratégico se refere a gestão 2019-2021. Dando
122 continuidade, Cynthia sugeriu que nesta reunião se faça o estudo e a aprovação
123 das metas e; quanto a determinação do responsável e prazos, que estes sejam
124 discutidos na Mesa Diretora para posteriores alterações, caso necessário. A
125 sugestão é aprovada por unanimidade. A medida em que Cynthia foi fazendo a
126 leitura de cada grupo das metas, por Ação, após leitura de cada bloco de metas, a
127 presidente abria para possíveis alterações ou aprovação, uma a uma. Quando da
128 leitura da Ação de nº 02, foi questionado à Secretária Executiva quanto à
129 devolutiva da Recomendação nº01/2019 deste conselho encaminhada via correio
130 eletrônico ao gabinete do governador e as demais instituições indicadas por
131 Cynthia. A Secretária Executiva respondeu que até o momento nenhuma resposta
132 foi recebida. **Encaminhamento: reencaminhar o documento pedindo-se que**
133 **seja acusado recebimento assim como seja dado algum posicionamento ao**
134 **conselho quanto às providências que serão tomadas em relação ao assunto.**
135 Quando da leitura da Meta 4.1, Cynthia lembrou a fala da Aretusa, onde a
136 mesma dizia que, uma vez aprovado o planejamento estratégico e, desde que
137 previstas todas as atividades/ações a serem realizadas pelo conselho, a partir
138 disso pode-se solicitar recursos ao governo possibilitando desde forma que tais
139 atividades/ações sejam desenvolvidas posteriormente. Quando introduzida a
140 Ação de nº 5, Cynthia questionou a Erli se havia uma Comissão para tratar
141 especificamente deste assunto para o próximo ano seja trabalhado em cima
142 desse plano. Erli respondeu que havia uma Comissão Permanente de Políticas
143 Públicas e Formação em Direitos Humanos que tem como uma de suas
144 atribuições tratar deste assunto, porém não de forma específica. Neste momento
145 Erli explicou que a competência para elaboração deste plano estadual de direitos
146 humanos seria da Secretaria a qual o conselho está vinculado. E, acrescentou
147 destacando que esse é uma discussão que perpassa por todos os conselhos. A
148 conselheira Erli sugeriu que sejam encaminhadas o quanto antes todas as
149 propostas do conselho para que posteriormente possam ser cobradas do governo
150 a elaboração do plano. Erli acrescentou ainda que seria interessante solicitar
151 informações quanto ao Plano Plurianual (PPA) para que a partir do conhecimento
152 da quantia disponível, o conselho possa dessa forma trabalhar com ações viáveis
153 de serem concretizadas. Dando prosseguimento a reunião, Cynthia sugeriu que o
154 plano estadual seja ponto de pauta para início do ano de 2020 para que seja
155 discutido que tipo de metodologia de trabalho para condições desse plano se
156 concretizar essa gestão poderá deixar como contribuição para a próxima gestão.
157 E, complementou ainda com a tentativa de alinhamento das atividades de direitos
158 humanos com o PPA. Seguindo a leitura, foi introduzida a última ação de nº06 e
159 Cynthia lembrou que o Relatório da última gestão encontra-se em sua posse e
160 em breve será entregue. Na leitura da meta 6.2, a presidente lembrou de toda a
161 dificuldade em relação ao Regimento Interno e que, somente neste governo, o

162 conselho obteve uma resposta da procuradoria. Cynthia, comentou ainda que os
163 conselheiros Anne e João (ADEPESC) estão fazendo uma análise.
164 **Encaminhamento: Cynthia se disponibilizou a elaborar resposta a**
165 **procuradoria com relação ao Regimento Interno.** Nesse momento a
166 conselheira Erli, pediu a palavra para fazer um comentário quanto à questão da
167 revisão da Constituição Estadual, onde foi feita uma Lei Complementar que
168 alterou a questão da paridade e que tem reflexo em todos os demais conselhos.
169 Essa Lei Complementar foi deferida após a aprovação da Lei do conselho. Erli
170 concluiu então que esse é mais um item a ser acrescentado e, junto a este, a
171 mudança da lei estadual através da lei complementar que modifica esse artigo
172 para adequá-lo a Constituição Estadual. Em seguida, a conselheira Fabíola (SDS)
173 lembrou da questão das extinções e alterações de Secretarias que estavam
174 presentes nas cadeiras deste conselho. Em sequência, Cynthia fez a finalização
175 da leitura das metas da Ação de nº 06 e, comentou que após finalizada as tarefas
176 do planejamento estratégico este será encaminhado para a Secretária, Maria
177 Elisa, assim como para a diretora Karina para conhecimento de ambas. Nesse
178 instante, a conselheira Anne (ADEPESC) pediu licença e justificou sua ausência a
179 partir daquele momento. Cynthia então a questionou sobre sua participação na
180 atividade do dia 10 de dezembro (dia internacional dos Direitos Humanos), se
181 poderia fazer naquele instante um breve relato. Após comentário da conselheira
182 Anne (ADEPESC), Cynthia destacou que os próximos passos a serem dados
183 quanto o planejamento estratégico seriam: *1) encaminhamento da versão final à*
184 *Mesa Diretora, 2) determinação da Mesa quanto a distribuição de atribuições às*
185 *Comissões e prazos, 3) Encaminhamento para análise do grupo e 4) Oficiar a*
186 *Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS) para conhecimento e*
187 *providências.* Em sequência, o conselheiro Gélson (Cáritas) sugeriu que fosse
188 adicionada outra coluna denominada de *encaminhamentos* ou *monitoramento*
189 para controle do alcance (ou não) das metas determinadas. Dando continuidade a
190 reunião, Cynthia fez a **leitura do Ofício da Ouvidoria** da Secretaria de Estado de
191 Desenvolvimento Social (SDS) em resposta ao Ofício CEDH nº 010/2019, **ponto**
192 **5 da pauta.** Após a leitura do Ofício acima e, tendo como resposta a ausência de
193 registros de denúncias via e-mail (ouvidoria@sst.sc.gov.br), o conselheiro Roberto
194 Mosânio (SEF) manifestou-se dizendo que em sua opinião o que pode estar
195 acontecendo é que tais denúncias possivelmente estão sendo encaminhadas
196 para outras Secretarias/Instituições, como por exemplo: a Secretaria de
197 Segurança Pública, a Polícia Civil, (...) talvez por de falha de conhecimento e
198 explicou que os canais de Ouvidoria são muito incipientes. Após seu comentário,
199 o conselheiro sugeriu entrar em contato com o Ouvidor-Geral, senhor Guilherme
200 Krauss. **Encaminhamento: Início do próximo ano, marcar reunião com o**
201 **Ouvidor-Geral.** Prosseguindo a reunião, Cynthia introduziu o **ponto 6 da pauta**
202 que trata do **projeto Justiça Presente do CNJ – TJ/SC.** Cynthia comentou que
203 fez o convite a coordenadora para uma fala desta, no entanto, as agendas não
204 fecharam e essa discussão ficará para o início do próximo ano. Apesar do
205 assunto ser transferido para discussão em outro momento, Cynthia fez um breve
206 comentário explicando que se trata de um projeto do Conselho Nacional da
207 Justiça (CNJ), atuando em Santa Catarina no Tribunal de Justiça, trabalha as
208 questões relativas ao egresso: o apoio ao egresso, as políticas de inclusão
209 desses, e também da criança e do adolescente. O CNJ, está buscando através do
210 TJ/SC, fazer conexões com: as Comarcas, os juízes de execução penal, as
211 entidades da Sociedade Civil, dentre outros. Cynthia concluiu sua fala dizendo
212 que a intenção em trazê-la ao conselho tinha como objetivo fazer esse contato
213 com os servidores do estado que estão nesses *lugares-chave* da discussão do
214 sistema prisional. Dando continuidade a presidente passou para o próximo ponto
215 de pauta sobre o **fechamento da discussão sobre veto do governo federal**
216 **quanto à participação de psicólogos e assistentes sociais nas unidades**

217 **educacionais, ponto 7 da pauta.** Cynthia questionou a senhora Yara (CRP)
218 membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos
219 Humanos como havia ficado essa situação. A senhora Yara respondeu que o veto
220 não se efetivou. Nesse momento, a presidente abriu espaço para possíveis
221 colocações quanto ao tema, embora já discutido em plenária anterior. Finalizadas
222 as manifestações quanto ao assunto acima foi introduzido o **ponto 8 da pauta**
223 sobre as **diárias e passagens dos conselheiros.** Cynthia retomou o caso do
224 conselheiro Sidnei Pavesi (ADVB) e comentou que tomou conhecimento de que
225 as solicitações de diárias estão vinculadas a utilização de passagens. O
226 conselheiro Fabeni (FECEC) explicou que apenas em situações onde são
227 utilizados os carros oficiais é que se pode pedir diárias sem a solicitação de
228 passagens. Nesse momento o conselheiro Roberto Mosânio (SEF) comentou que
229 já provocou a controladoria sobre essa questão e, sugeriu que fosse feito um
230 Ofício levantando as questões de desvinculação das diárias às passagens,
231 valores e incluir o caso do conselheiro Sidnei Pavesi (ADVB), porém em linhas
232 gerais, uma vez que a conselheira Erli sugeriu que o documento fosse assinado
233 conjuntamente com os demais conselhos. **Encaminhamento: Roberto Mosânio**
234 **(SEF) ficou responsável por minutar o Ofício para a controladoria.** Cynthia
235 finalizou esse ponto de pauta comunicando que, após feita a minuta, essa será
236 objeto de discussão no conselho para posterior envio a controladoria. Dando
237 continuidade, Cynthia questionou o grupo quanto ao cronograma de reuniões para
238 o ano de 2020. Ficando deliberada a permanência para as segundas quintas-
239 feiras de cada mês, com início no dia 12 de março. Em sequência a conselheira
240 Erli sugeriu que no próximo ano fossem feitas pelo menos 2 (duas) reuniões
241 conjuntas com os demais conselhos. Em seguida, a ideia entrou em discussão,
242 ficando aprovado um indicativo de promover no início do próximo ano uma
243 reunião ampliada com os demais conselhos, porém a metodologia será discutida
244 em outro momento. **O ponto 9 de pauta** já havia sido apresentado e discutido em
245 plenária anterior a esta. Finalizando a reunião, Cynthia (CDH) começou a leitura
246 dos **informes, ponto 10 da pauta.** Cynthia passou a palavra para o conselheiro
247 Gélson (Cáritas). O conselheiro pediu para que a Secretária Executiva fizesse
248 registro em Ata sobre o despreparo e falta de apoio dos CRAS para lidar com as
249 demandas dos imigrantes. Gelson (Cáritas) levantou questões, junto a equipe da
250 instituição, sobre como esses problemas tem chegado até eles. Ficou constatado
251 os seguintes pontos principais: 1) Desde o início do programa PANA, a instituição
252 recebe, toda semana, de 2 a 5 ligações de agentes que atuam nos CRAS de todo
253 o estado (em especial da Grande Florianópolis) pedindo orientações para atender
254 aos imigrantes que procuram os serviços, 2) as principais dúvidas apresentadas
255 referem-se principalmente quanto o abrigamento das famílias, em relação a
256 documentação e o idioma. A Casa de Direitos – Cáritas verificou que os agentes
257 dos CRAS também têm participado compartilhando suas demandas e angústias
258 no Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado (GAIRF) e, não há relatos dos
259 agentes quanto a nenhum tipo de formação para lidar com a demanda específica
260 da imigração. **Ponto 11 encerramento.** Cynthia (CDH) finaliza a reunião
261 agradecendo a presença e desejando um bom final de ano a todos (as). Eu,
262 Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e
263 aprovada, será devidamente publicada no portal da SDS-SC.

264
265
266
267
268
269
270